



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Serra
Rosalino

ATA N.º 20

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Arraiolos, pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na sala de reuniões do edifício Arraiolos - Multiusos.

Estiveram presentes:

- Isaura da Conceição Serra Barreiros - *Presidente*
- Catarina Cartaxo Correia dos Loios – *1ª. Secretária*
- José Augusto Silva Rosalino – *2º. Secretário*

E os membros:

António Francisco Correia Traguedo; José Manuel Nunes Pinto; Paula Alexandra Bexiga Pastaneira; Paulo Alexandre Reis da Silva;; Pedro Manuel Martins Silveira; Isalina de Jesus Pereira; Maria Manuel Pimpão Gabriel; Tomás Inácio de Paiva Calhau; José Júlio Ferreira dos Loios; Joana Rosa Martins Carreiras; Helena Isabel Maneiras Espadaneira; Nuno Manuel Valadas Rebocho; ; Daniel Fernando Canôa Coelho e José Joaquim Branco Lopes.

Faltaram, por motivo justificado: Manuel Dinis Passinhas Cabeça e Lara Guadalupe Gingão Coelho que, nos termos dos artºs. 78º e 79º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/2002, foram substituídos por: Bruno Miguel T. Queirós e Sandra Maria Serra Alpiarça, respetivamente, e Rui Manuel Cosme Estriga (Presidente da Junta de Freguesia de Vimieiro)

Do órgão executivo estavam presentes, a Srª. Presidente e os Vereadores João Campos, Delfina Lima e Carla Romana.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A Presidente da A. M. cumprimentou todos os presentes e informou não ter sido possível possível remeter atempadamente a ata da última sessão, ficando assim para uma próxima.

Conforme ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes membros:



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Berr
2024
Cl

-
- *Nuno Rebocho* (Presidente da JF de Igreja) que questionou a Presidente da A. M. para quando a realização de sessão na sua Freguesia, uma vez já ter sido realizada em todas as outras. Continuando e dirigindo-se à CM alertou para a situação dos arruamentos em Igreja. Indicando que duas delas estão em estado lastimável, embora tenha conhecimento que em 2 de fevereiro de 2024 foi assinado contrato para a requalificação, cujo prazo era de 12 meses, sem renovação, cuja obra ainda não iniciou até à presente data, questionando como está a situação, dado haver mecanismos legais que deveriam ser acionados para o caso. Relembrou a situação colocada em setembro relativamente à falta de fibra ótica em Igreja, que vêm prejudicando alguns fregueses. Por fim, lembrou que já em anteriores reuniões foi garantido que iria ser colocada a sinalética, perguntando para quando a sua aplicação.

A Presidente da A. M. respondeu que está planeado pela Mesa que a sessão de junho fosse realizada em Igreja, caso haja concordância por parte da Junta, justificando que a assembleia ordinária de abril carece de apoio técnico como têm sido hábito na apresentação e discussão das Contas, o que implicaria a deslocação desses funcionários. De seguida passou a palavra a outro eleito inscrito para uso da palavra.

- *José Pinto* cumprimentou todos os eleitos, saudando todos os que participaram na ação de vigília junto do Centro de Saúde de Arraiolos, no sentido de exigir que a falta de médicos seja ultrapassada. Informou que a Comissão de Utentes tem a decorrer, on-line, um abaixo assinado para recolha de assinaturas, que segundo os dados já ultrapassou as 500, com o objetivo de reivindicar junto das entidades competentes a resolução do problema. Referiu ter conhecimento que tem havido algumas intervenções nesta matéria, questionando se já houve alguma resposta e se irá haver alguma alteração no nosso concelho. Continuando, referiu que não pode culpabilizar qualquer partido local por este problema, porque é uma situação nacional e está nas mãos do Governo a sua resolução, no entanto, cabe a todos, em conjunto, tomar uma posição de forma a defender um Serviço Nacional de Saúde que venha a dar resposta a toda a população. Alegou haver algumas pessoas que vão indicando a Câmara Municipal para a resolução do problema, mas todos sabem que não são competências próprias deste órgão e não pode ser responsabilizada pela colocação de médicos, assim como, de outras áreas, citando como exemplo, os professores. Lamentou que a Sr^a. Ministra da Saúde venha tomando posições que ao que tudo indica tem como objetivo claro o descalabro total do SNS levando à privatização, com indicação de gestores para a administração dos hospitais, através de parcerias públicas ou privadas, que não é mais do que transferir para os privados serviços, que depois terão que ser compensados



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Serra
de Arraiolos

através de apoios/subsídios. Terminou indicando que não se pode aceitar que a saúde seja um negócio.

Dada a ausência de inscrições, a Presidente da Mesa, deu a palavra à Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, seguindo-se um segundo período para inscrição para uso da palavra e para a colocação das questões que entendessem.

A Presidente da C. M. cumprimentou todos os presentes e, respondendo ao colocado pelo Presidente de Junta de Freguesia de Igrejinha, indicou que, segundo informação do Vereador Jorge Macau, a empresa tinha garantido que iniciariam os trabalhos durante este mês, o que não se veio a verificar, tendo informado que seria depois do Carnaval. Informou que efetivamente a C. M. podia atuar, mas tornar-se-ia um processo complicado e muito mais demorado, esperando que desta vez a empresa venha a cumprir o prazo. Quanto à outra rua referiu que iriam ser iniciados os trabalhos de abertura de vala para a instalação da eletricidade seguindo-se a abertura de processo para a pavimentação que será em calçada. Relativamente à fibra ótica indicou ter estado prevista esta semana uma reunião com a NOS, que não se veio a realizar, mas espera que se consiga dentro em breve a marcação da mesma, porque considera incompreensível que a localidade da Igrejinha não tenha sido ainda contemplada, tal como as outras do concelho. Sobre a sinalética, e conforme informação dos serviços, já foram instalados os prioritários sendo numa fase seguinte instalados os restantes.

A Presidente da Mesa questionou a Presidente da C. M. se já haveria mais algum desenvolvimento sobre a situação da saúde no concelho.

A Presidente da C. M. referiu não ter qualquer informação, salientando ter sido solicitado reunião com o Presidente da Administração da ULSAC (Unidade Local de Saúde do Alentejo Central) que ontem apresentaram um pedido de demissão, e com a Sr^a. Ministra da Saúde que, até ao momento, não foi recebida qualquer resposta.

Durante o segundo período entrevistaram:

- *Joana Carreiras*, que manifestou, em relação à saúde, uma grande preocupação com os munícipes e em muito especial com os que têm problemas que carecem de cuidados, dando o exemplo dos hipertensos, diabéticos, entre outros, questionando o que é que nós podemos fazer ou contribuir para uma melhoria nessa área, realçando que o Governo ainda não conseguiu resolver a situação em que se encontrava.
- *Bruno Queirós* cumprimentou todos os presentes, alegando ter sido com profunda tristeza que soube da demissão do Conselho de Administração da ULSAC, afirmando que este problema é político, lamentando que o PSD tenha adiado o processo por mais 3 anos, que



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Torre
B. Sousa
Cl

levará ao atraso das obras do novo hospital, que tinha previsão de estar pronto só em 2027, e com isto arrastará outras decisões importantes, dando como exemplo, o curso de medicina na Universidade de Évora e todas as outras áreas da saúde que envolvem a melhoria das condições e dos cuidados a prestar e a receber. Reforçou discordar quando referiram que não era dos partidos, pois isto foi decisão do PSD Governo, através da Sr^a. Ministra da Saúde, com a concordância do Primeiro Ministro e igualmente culpa do PSD Distrital porque podiam ter feito alguma coisa, e até ao momento, não houve qualquer comentário sobre o assunto. Referiu compreender todas as preocupações da população e, por sua vez, do Movimento de Utentes, mas considera que falta mais e pode fazer-se mais, não é esperar que o problema se resolva. Alegou considerar que a CDU local continua a arrastar, há muito tempo, no concelho uma solução para o problema, embora concordando com as palavras do José Pinto, quando refere que o município não têm qualquer responsabilidade nas competências que são próprias do poder central, mas quando queremos resolver têm de se agir em consonância de forma a resolver ou melhorar. Finalizou, reforçando que se trata de assunto partidário realçando que foi o Partido Socialista que lutou e iniciou pelo novo Hospital Central do Alentejo.

A Presidente da Mesa interveio alegando que todas as intervenções sobre esta matéria apontam que se tem de fazer mais e mais, mas não ouviu qualquer sugestão/proposta realçando o que o Movimento dos Cidadãos têm feito. Considera que todos estamos de acordo que se trata de um ataque grave ao SNS, envolvendo o concelho, a região e até o País, sendo uma situação preocupante e que se nada for feito o caminho vai continuar a ser o da privatização. Manifestou concordância quando se refere que temos de fazer mais e apelando que, no lugar de apontar o dedo, que é o mais fácil, sejam apresentadas ideias/propostas/projetos para que todos juntos possam trabalhar e contribuir para uma solução que beneficie a população.

Usando da palavra a Presidente da C. M. relativamente às matérias colocadas, voltou a frisar que efetivamente se assiste no País a um "leilão de médicos" sendo os grandes responsáveis os autarcas que embarcaram por esta solução, quando é uma competência do Estado. Alegou que é fácil atirar as culpas à C. M. porque é quem está no terreno mas todos sabem que não temos essa responsabilidade nem competência. Recordou que foi graças ao PCP que a construção do hospital central se tornou uma realidade, face à sua insistência e luta neste investimento para o Alentejo, sendo claro que foi o PS enquanto Governo aprovou e iniciou a obra. Salientou ser legítima a preocupação de todos, mas também pergunta até quando um orçamento municipal conseguirá suportar as competências que pertencem ao Estado, alertando para a próxima prestação de contas onde se verificará até onde o município foi para além das suas competências em termos de investimento, por exemplo, na área da educação. Clarificou que os orçamentos municipais não são



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

infinitos e quanto mais fizermos o que compete aos outros mais as próprias competências vão ficando para trás, levando depois a contestações com razão. Lamentou não ter sido possível a marcação da reunião com a ULSAC, em relação à Sr^a. Ministra podia ter havido alguma atenção ao pedido de uma autarca. Quanto ao Gabinete informou que têm feito, em articulação, muito trabalho na área da saúde, mas não podemos substituir um médico de família.

- José Pinto solicitou autorização para usar da palavra, evocando o art^o. 31^o relativamente à defesa da honra da bancada que representa – CDU - referindo que embora tenha tido respeito com os eleitos do PS e PSD desta Assembleia veio o interveniente acusar a CDU de não fazerem tudo o que era possível, lembrando, tal como foi referido pela Presidente da C. M., o PCP/CDU nunca foi Governo não tendo qualquer culpa pela situação, de qualquer forma, manifestou uma grande preocupação sobre a possibilidade de não avançar o curso de medicina na Universidade de Évora, como estava previsto, considerando gravíssimo. Referiu que tem de haver coerência pois todos sabemos que não é a C.M. que vai resolver a situação que depende do poder central, alegando que a Ordem dos Médicos devia ter um papel mais ativo e responsável nesta matéria e não terem unicamente interesses políticos.

Esgotadas as inscrições, a Presidente da A. M. deu por encerrado este período passando ao **período da Ordem do Dia.**

A Assembleia foi convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Informação da atividade municipal;**
- 2. Apreciação e aprovação dos mapas “Demonstração de desempenho orçamental” relativos à Gerência de 2024;**
- 3. 1^a. Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa, Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimentos do ano 2025;**
- 4. Declarações de pagamentos/recebimentos em atraso e compromissos plurianuais (art^o. 15^o. da LCPA) – Para conhecimento;**
- 5. Contrato de Comodato com a União de Freguesias de S. Gregório e Santa Justa;**
- 6. Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vimieiro.**

1. INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL:

Presente informação emitida pela Sr^a. Presidente da C. M. no cumprimento da alínea c), do ponto 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, relativamente à atividade que decorreu entre os finais de setembro e a presente data, a qual foi remetida a todos os membros, antecipadamente.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Serra
M. M. M. M.
C.

Sobre a mesma, intervieram:

- Paula Pastaneira em que colocou o seguinte: Gestão Estratégica (pág. 4) como foi feita a divulgação do PT2030 junto das empresas; na página 6 indica renovação do contrato com jurista por mais um ano questionando se o contrato pode ser continuamente renovado e/ou se há limite de tempo; na página 7 verificou no quadro das aquisições que foi adquirido um módulo para o complexo desportivo levantando a dúvida se será para o anexo do quiosque, uma vez ter reparado que foi adquirido ao David Pequito. Por fim questionou sobre o ponto da situação da Casa Mortuária.

A Presidente da C. M. respondendo às questões informou que as divulgações do PT2030 são remetidas, via e-mail, pela técnica do Gabinete para todos os agentes económicos e sociais do concelho. Quanto à renovação do contrato com o jurista esclareceu que se trata da última, uma vez que são permitidas 3 renovações. No tocante à aquisição do módulo confirmou tratar-se de um anexo para o quiosque, não havendo qualquer incompatibilidade dado que o contrato de arrendamento está em nome de empresa. Finalizou, informando que estão a ultimar a montagem do ar condicionado, prevendo ficar concluída durante o mês de março.

Solicitando a palavra o José Pinto referiu não ter percebido a intervenção da Paula quanto à questão do quiosque, porque vai ao encontro de outras dúvidas levantadas por elementos da mesma bancada relativamente a outras situações, citando exemplos, entre eles o arrendamento do espaço para instalação de um ginásio à Patrícia Correia, considerando não fazer sentido ser posto em causa decisões da C. M., uma vez que os processos são transparentes e obedecem a legislação rigorosa.

A Presidente da Mesa considera legítimo que os eleitos coloquem dúvidas em relação aos assuntos que vêm a Assembleia questionando a Paula se realmente o esclarecimento que pretendia era sobre o quiosque ou se seria sobre outra situação que não tivesse registado.

Paula Pastaneira referiu que por uma questão de transparência julga ser mais honesto e justo perguntar do que estar a pensar e a comentar com alguém lá forra. Esclareceu que ao ler a informação suscito-lhe a dúvida e apenas pretendeu confirmação se realmente o módulo seria para o quiosque.

A informação ficará arquivada na pasta auxiliar de atas/2025.



*Em
Mesa da
C.M.*

2. APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DOS MAPAS “DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL” RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2024:

A Presidente da C. M. fez uma breve introdução sobre a proposta que de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para o corrente ano (lei 45-A/2024, de 31 de dezembro), se prevê a possibilidade, à semelhança de anos anteriores, a aprovação dos mapas “Demonstração do empenho orçamental” com a integração do saldo de execução orçamental, que consta na revisão indicada no ponto seguinte.

Não havendo inscrições procedeu-se à votação da proposta verificando-se a sua aprovação, por maioria, com 6 votos contra (eleitos do PS e PSD) e os restantes votos favoráveis (CDU).

3. 1ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA, PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO 2025:

A Presidente da C. M. fez uma breve explicação ao documento cujo valor ascende a 2.006.541,67€ (*dois milhões e seis mil quinhentos e quarenta e um euros e sessenta e sete cêntimos*), indicando os reforços mais relevantes, tanto nos investimentos que ronda os 417.541,67€, como nas despesas correntes no valor de 1.599.000,00€.

Não havendo inscrições procedeu-se à votação tendo a Revisão sido aprovada, por maioria, com 6 votos contra (eleitos do PS e PSD) e os restantes votos favoráveis (CDU).

4. DECLARAÇÕES DE PAGAMENTOS/RECEBIMENTOS EM ATRASO E COMPROMISSOS PLURIANUAIS (ARTº. 15º. DA LCPA) – PARA CONHECIMENTO:

A Presidente da Mesa referiu que a documentação em questão foi remetida para conhecimento, não havendo lugar a deliberação, contudo, colocou à consideração da Presidente da C. M. breve esclarecimento da mesma.

Presidente da C. M. esclareceu que se tratam de declarações emitidas no cumprimento de legislação referenciando os valores dos compromissos já assumidos, assim como, a inexistência de pagamentos em atraso, a mais de 90 dias. Quanto à declaração dos recebimentos referiu que são indicados os valores não recebidos de projetos comunitários, assim como, dos valores totais de dividas de municipes nas varias áreas (refeições escolares, transportes, alugueres de equipamentos, águas e resíduos, licenças de obras,etc) realçando que o serviço jurista está a analisar o enquadramento legal de forma a serem anulados os valores mais antigos por prescrição



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Seri
Plasol
Al

e que da parte das chefias dos serviços estão a encetar diligências de forma a recuperar algum dos valores em dívida.

Sobre o assunto intervieram:

- *Maria Manuel* questionou do porquê da existência de dívidas em relação ao licenciamento de obras, uma vez que só deveriam entregar os liceciamentos após o respetivo pagamento. Solicitou, ainda, esclarecimento sobre a tarifa de disponibilidade.

A Presidente da C. M. em relação à dívida das taxas urbanísticas concordou com o exposto, até porque essa orientação está em prática, contudo, houve algumas que foram entregues há uns anos sendo agora difícil a sua recuperação. Quanto à tarifa de disponibilidade esclareceu que se trata de um valor que é fixo e que consta na fatura da água.

- *Tomás Calhau* lamentou a existência destas dívidas, até porque algumas são incompreensíveis, citando como exemplo os valores: 131.000,00€ relativo à rede pedonal ligação do Bairro da Barreta a equipamentos públicos que já devia ter sido recebido visto que a obra está concluída e um valor de 31.000,00€ relativo a dívidas de refeições escolares e ATL's.

A Presidente da Câmara sobre esta última intervenção referiu que em relação ao financiamento irá decerto ser recebido uma vez que são processos lentos, quanto às refeições escolares têm a ver com a falta de pagamento de municipais e referem-se a vários anos, sendo um processo muito complexo porque não deixará de fornecer refeições a essas crianças, independentemente de apresentarem dívidas.

As declarações ficarão arquivadas na pasa de atas/2025.

5. CONTRATO DE COMODATO COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE S. GREGÓRIO E SANTA JUSTA:

A Presidente da C. M. apresentou uma proposta de contrato de comodato a celebrar com a União de Freguesias de S. Gregório e Santa Justa, que visa à cedência de um prédio urbano sito em Herdade do Monte da Igreja em Carrascal, com vista ao desenvolvimento de atividades compreendidas no seu quadro de atribuições e competências e que sejam compatíveis com a natureza do próprio imóvel.

- *Joana Carreiras* questionou ao que se destinava o espaço.

A Presidente da C. M. respondeu que o imóvel já vinha a ser utilizado pela Junta para várias iniciativas – culturais, desportivas e outras.



Município de Arraiolos

Assembleia Municipal

Não havendo inscrições procedeu-se à votação tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com uma abstenção tomada pela Joana Carreiras.

6. PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VIMIEIRO:

A sr^a. Presidente da C. M. procedeu à apresentação da memória descritiva e justificativa de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vimieiro na qual evidenciam os critérios subjacentes à delimitação da área, assim como a listagem dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, realçando tratar-se de renovação uma vez ter caducado sendo necessário de forma a seguir os trâmites seguintes para elaboração da ORU.

Usou da palavra a Maria Manuel questionando se houve alguma razão específica para o processo ter caducado ou simplesmente se deveu a atrasos do serviço.

A Presidente da C.M. esclareceu que realmente este processo tinha sido aprovado em 2016 tendo havido alguns contratempos para avançarem com a ORU, nomeadamente, devido à COVID e a acumulação de serviço na Divisão de Urbanismo em que se optaram por outras prioridades.

Não havendo inscrições procedeu-se à votação da proposta tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com uma abstenção da Joana Carreiras.

De seguida, e após leitura da minuta de deliberações, elaborada no cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, foi votada a mesma, sendo aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelas 21h40, da qual e para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada pela Assembleia, será assinada pela Mesa.

Isaura Serra

Patricia Conceição dos Santos

Alves